



CÂMARA MUNICIPAL DE LOULÉ
DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
Divisão de Gestão do Património Municipal e Aprovisionamento

O Vice-Presidente

(Hugo Miguel Guerreiro Nunes)

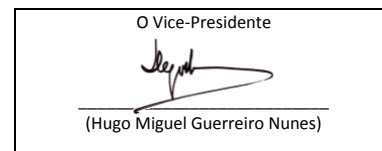
CONCURSO PÚBLICO

Contratação do fornecimento de equipamentos para a deposição de resíduos diferenciados (Ecopontos)

Caderno de Encargos



CÂMARA MUNICIPAL DE LOULÉ
DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
Divisão de Gestão do Património Municipal e Aprovisionamento



PARTE I - CLÁUSULAS GERAIS

Artigo 1º

Objeto

O presente Caderno de Encargos compreende as cláusulas a incluir no contrato a celebrar na sequência do procedimento pré-contratual que tem por objeto principal a contratação do fornecimento de equipamentos para a deposição de resíduos diferenciados (ecopontos) conforme se descreve pormenorizadamente na parte II do presente Caderno de Encargos.

Proceder-se-á à adjudicação por lote, pelo que é permitida a apresentação de propostas por lote, de acordo com o a seguir discriminado:

Lote 1 - fornecimento de contentores metálicos de superfície, de grande capacidade para recolha seletiva de resíduos sólidos urbanos;

Lote 2 - fornecimento de contentores em polietileno rotomoldado para recolha seletiva de resíduos sólidos urbanos.


Artigo 2º

Contrato

- 1- O contrato é composto pelo respetivo clausulado contratual e os seus anexos.
- 2- O contrato a celebrar integra ainda os seguintes elementos:
 - a) O suprimento dos erros e das omissões do presente Caderno de Encargos identificados pelos concorrentes, desde que esses erros e omissões tenham sido expressamente aceites pelo órgão competente para a decisão de contratar ou pelo órgão a quem esta competência tenha sido delegada;
 - b) Os esclarecimentos e as retificações relativos ao Caderno de Encargos;
 - c) O presente Caderno de Encargos;
 - d) A proposta adjudicada;
 - e) Os esclarecimentos sobre a proposta adjudicada prestados pelo adjudicatário.
- 3- Em caso de divergência entre os documentos referidos no número anterior, a respetiva prevalência é determinada pela ordem pela qual aí são indicados.
- 4- Em caso de divergência entre os documentos referidos no n.º 2 e o clausulado do contrato e seus anexos, prevalecem os primeiros, salvo quanto aos ajustamentos propostos de acordo com o disposto no artigo 99.º do



CÂMARA MUNICIPAL DE LOULÉ
DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
Divisão de Gestão do Património Municipal e Aprovisionamento

O Vice-Presidente

(Hugo Miguel Guerreiro Nunes)

Código dos Contratos Públicos (CCP) e aceites pelo adjudicatário nos termos do disposto no artigo 101.º desse mesmo diploma legal.

Artigo 3º

Prazo e regime do fornecimento

- 1- O fornecimento, para cada um dos lotes a concurso, será executado numa única entrega.
- 2- O prazo de entrega dos bens indicados é de 45 (quarenta e cinco) dias seguidos, após o envio por parte da Entidade Adjudicante do “lay-out” dos vinis em formato digital, para o lote 1, e 45 (quarenta e cinco) seguidos, para o lote 2.
- 3- O contrato extingue-se com o fornecimento das quantidades de bens objeto de contrato.

Artigo 4º

Obrigações principais do fornecedor

- 1- Sem prejuízo de outras obrigações previstas na legislação aplicável, no presente Caderno de Encargos ou nas cláusulas contratuais, da celebração do contrato decorrem para o fornecedor as seguintes obrigações principais:
 - a) Obrigação de entrega dos bens identificados na sua proposta;
 - b) Obrigação de garantia dos bens.

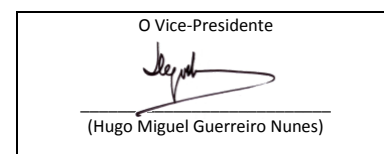
Artigo 5º

Entrega dos bens objeto do contrato

- 1- O fornecimento inclui a entrega nas instalações no Parque dos Serviços Urbanos da Franqueada, em Loulé, ou noutro local do Concelho de Loulé que venha a ser indicado, pelos serviços competentes, sendo as despesas inerentes ao transporte da inteira responsabilidade do fornecedor, sem que tal represente qualquer custo adicional para a entidade pública contratante.
- 2- O fornecedor deverá dispor dos meios necessários à completa descarga dos bens a entregar, para o local de entrega.



CÂMARA MUNICIPAL DE LOULÉ
DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
Divisão de Gestão do Património Municipal e Aprovisionamento



Artigo 6º

Conformidade e operacionalidade dos bens

- 1- O fornecedor obriga-se a entregar à Entidade Adjudicante os bens objeto do contrato com as características, especificações e requisitos técnicos previstos no presente Caderno de Encargos.
- 2- Os bens objeto do contrato devem ser entregues em perfeitas condições de serem utilizados para os fins a que se destinam.
- 3- É aplicável, com as necessárias adaptações, o disposto na lei que disciplina os aspetos relativos à venda de bens de consumo e das garantias a ela relativas, no que respeita à conformidade dos bens.
- 4- O fornecedor é responsável perante a entidade adjudicante por qualquer defeito ou discrepância dos bens objeto do contrato que existam no momento em que os bens lhe são entregues.

Artigo 7º

Certificação da entrega e garantia de qualidade

- 1- A Divisão de Limpeza e Higiene Pública, representada por quem vier a ser nomeado para o efeito, procederá à certificação da entrega dos bens fornecidos tanto no que diz respeito às quantidades como em relação à conformidade com a documentação técnica do fornecimento bem como relativamente a outras condições do fornecimento, no prazo de 3 dias úteis a contar do dia seguinte ao da entrega.
- 2- Sempre que a Entidade Adjudicante tenha dúvidas quanto à qualidade do fornecimento, pode tornar obrigatória a realização de ensaios, acordando previamente, se necessário, com o adjudicatário sobre as regras a adotar.
- 3- Em caso de rejeição definitiva de bens fornecidos, é da inteira responsabilidade do adjudicatário a sua remoção do local onde se encontrem acondicionados, bem como todas as despesas inerentes ao seu transporte, deposição, ou reciclagem.
- 4- É ainda da inteira responsabilidade do fornecedor a entrega das correspondentes quantidades de bens, à entidade contratante, nas condições e prazo indicados.


Artigo 8º

Sigilo

O adjudicatário garantirá o sigilo quanto a informações que os seus técnicos venham a ter conhecimento relacionadas com a atividade da entidade adjudicante.



CÂMARA MUNICIPAL DE LOULÉ
DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
Divisão de Gestão do Património Municipal e Aprovisionamento

O Vice-Presidente

(Hugo Miguel Guerreiro Nunes)

Artigo 9º

Preço contratual

- 1- Pelo fornecimento dos bens objeto do contrato, bem como pelo cumprimento das demais obrigações constantes do presente Caderno de Encargos, a Entidade Adjudicante deve pagar ao fornecedor o preço constante da proposta adjudicada, acrescido de IVA à taxa legal em vigor, se este for legalmente devido.
- 2- O preço referido no número anterior inclui todos os custos, encargos e despesas cuja responsabilidade não esteja expressamente atribuída ao contraente público, nomeadamente os relativos ao transporte dos bens objeto do contrato para o respetivo local de entrega, bem como quaisquer encargos decorrentes da utilização de marcas registadas, patentes ou licenças.

Artigo 10º

Condições de pagamento

- 1- As quantias devidas pela Entidade Adjudicante devem ser pagas no prazo de 60 dias após a receção das respetivas faturas, as quais só podem ser emitidas após o vencimento da obrigação respetiva.
- 2- Os pagamentos serão efetuados de acordo com as quantidades fornecidas pelo adjudicatário, às quais será aplicado o respetivo preço unitário da proposta e após o Município de Loulé reconhecer não existir lugar a reclamações, sendo que os preços unitários apresentados são fixos durante o período de vigência do contrato.
- 3- Em caso de discordância por parte da Entidade Adjudicante quanto aos valores indicados nas faturas, deve esta comunicar ao fornecedor, por escrito, os respetivos fundamentos, ficando o fornecedor obrigado a prestar os esclarecimentos necessários ou proceder à emissão de nova fatura corrigida.

Artigo 11º

Penalidades contratuais

- 1- Se o fornecedor não cumprir o prazo de entrega estabelecido, ou o que venha a ser acordado, acrescido das prorrogações legais ou graciosas que venham a ter lugar, ser-lhe-á aplicada uma pena pecuniária calculada sobre o valor total do fornecimento, de montante a fixar nos seguintes termos:
 - a) 2% (dois por cento) no primeiro dia de atraso;
 - b) + 4% (quatro por cento) no segundo dia de atraso;
 - c) + 6% (seis por cento) no terceiro dia de atraso;



CÂMARA MUNICIPAL DE LOULÉ
DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
Divisão de Gestão do Património Municipal e Aprovisionamento

O Vice-Presidente

 (Hugo Miguel Guerreiro Nunes)

d) + 8% (oito por cento) por cada dia de atraso, a partir do quarto dia de atraso em diante, até ao limite de 36% (trinta e seis por cento).

2 - Em caso de resolução do contrato por incumprimento do fornecedor, o contraente público pode exigir-lhe uma pena pecuniária de 20% do preço contratual.

3 - Ao valor da pena pecuniária prevista no número anterior são deduzidas as importâncias pagas pelo fornecedor ao abrigo do ponto 1, relativamente aos bens objeto do contrato cujo atraso na entrega tenha determinado a respetiva resolução.

4 - Na determinação da gravidade do incumprimento, o contraente público tem em conta, nomeadamente, a duração da infração, a sua eventual reiteração, o grau de culpa do fornecedor e as consequências do incumprimento.

5 - As penas pecuniárias previstas no presente artigo não obstam a que o contraente público exija uma indemnização pelo dano excedente.

6- Para efeitos da aplicação das penalidades previstas, considera-se que o prazo de entrega dos bens se encontra cumprido na data do fornecimento da totalidade dos bens encomendados, desde que se encontrem aceites.

Artigo 12º

Força maior

1- Não podem ser impostas penalidades ao fornecedor, nem é havida como incumprimento, a não realização pontual das prestações contratuais a cargo de qualquer das partes que resulte de caso de força maior, entendendo-se como tal as circunstâncias que impossibilitem a respetiva realização, alheias à vontade da parte afectada, que ela não pudesse conhecer ou prever à data da celebração do contrato e cujos efeitos não lhe fosse razoavelmente exigível contornar ou evitar.

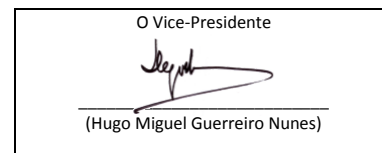
2- Podem constituir força maior, se se verificarem os requisitos do número anterior, designadamente, tremores de terra, inundações, incêndios, epidemias, sabotagens, greves, embargos ou bloqueios internacionais, atos de guerra ou terrorismo, motins e determinações governamentais ou administrativas injuntivas.

3- Não constituem força maior, designadamente:

- a) Circunstâncias que não constituam força maior para os subcontratados do fornecedor, na parte em que intervenham;
- b) Greves ou conflitos laborais limitados às sociedades do fornecedor ou a grupos de sociedades em que este se integre, bem como a sociedades ou grupos de sociedades dos seus subcontratados;
- c) Determinações governamentais, administrativas, ou judiciais de natureza sancionatória ou de outra forma resultantes do incumprimento pelo fornecedor de deveres ou ónus que sobre ele recaiam;
- d) Manifestações populares devidas ao incumprimento pelo fornecedor de normas legais;



CÂMARA MUNICIPAL DE LOULÉ
DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
Divisão de Gestão do Património Municipal e Aprovisionamento



- e) Incêndios ou inundações com origem nas instalações do fornecedor cuja causa, propagação ou proporções se devam a culpa ou negligência sua ou ao incumprimento de normas de segurança;
 - f) Avarias nos sistemas informáticos ou mecânicos do fornecedor não devidas a sabotagem;
 - g) Eventos que estejam ou devam estar cobertos por seguros.
- 4- A ocorrência de circunstâncias que possam consubstanciar casos de força maior deve ser imediatamente comunicada à outra parte.
- 5- A força maior determina a prorrogação dos prazos de cumprimento das obrigações contratuais afectadas pelo período de tempo comprovadamente correspondente ao impedimento resultante da força maior.

Artigo 13º

Resolução por parte do contraente público

- 1- Sem prejuízo de outros fundamentos de resolução do contrato previstos na lei, a Entidade Adjudicante pode resolver o contrato, a título sancionatório, no caso de o fornecedor violar de forma grave ou reiterada qualquer das obrigações que lhe incumbem, designadamente nos seguintes casos:
- a) quando se verificarem incumprimentos, ou seja atraso na entrega superior a 20 dias.
 - b) Quando se verificar que o objeto do contrato não corresponde às características e especificações que lhe são atribuídas na proposta e restante documentação apresentada pelo adjudicatário.
- 2- O direito de resolução referido no número anterior exerce-se mediante declaração enviada ao fornecedor e não determina a repetição das prestações já realizadas, a menos que tal seja determinado pela Entidade Adjudicante.

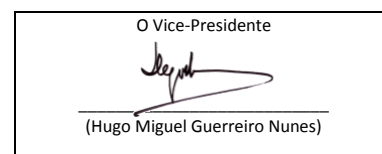
Artigo 14º

Resolução por parte do fornecedor

- 1 — Sem prejuízo de outros fundamentos de resolução previstos na lei, o fornecedor pode resolver o contrato quando:
- a) Qualquer montante que lhe seja devido esteja em dívida há mais de seis meses ou o montante em dívida exceda 25% do preço contratual, excluindo juros.
- 2- Nos casos previstos na alínea a) do n.º 1, o direito de resolução pode ser exercido mediante declaração enviada à Entidade Adjudicante que produz efeitos 30 dias após a recepção dessa declaração, salvo se este último cumprir as obrigações em atraso nesse prazo, acrescidas dos juros de mora a que houver lugar.



CÂMARA MUNICIPAL DE LOULÉ
DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
Divisão de Gestão do Património Municipal e Aprovisionamento



3- A resolução do contrato nos termos do número anterior não determina a repetição das prestações já realizadas pelo fornecedor, cessando, porém, todas as obrigações deste ao abrigo do contrato, com excepção daquelas a que se refere o artigo 444.º do Código dos Contratos Públicos.

Artigo 15º

Subcontratação e cessão da posição contratual

A subcontratação pelo fornecedor e a cessão da posição contratual por qualquer das partes depende da autorização da outra, nos termos do Código dos Contratos Públicos.

Artigo 16º

Comunicações e notificações

1- Sem prejuízo de poderem ser acordadas outras regras quanto às notificações e comunicações entre as partes do contrato, estas devem ser dirigidas, nos termos do Código dos Contratos Públicos, para o domicílio ou sede contratual de cada uma, identificados no contrato.

2- Qualquer alteração das informações de contacto constantes do contrato deve ser comunicada à outra parte.

Artigo 17º

Preço base e preço anormalmente baixo

1- O preço base, para cada um dos lotes do procedimento, é apresentado na tabela abaixo.

2- O preço base corresponde ao preço máximo que a entidade adjudicante se dispõe a pagar pela execução de todas as prestações que constituem o objeto do concurso.

3- Considera-se que o preço da proposta, para cada um dos lotes, é anormalmente baixo quando este for igual ou inferior ao indicado na tabela abaixo.

DESCRIÇÃO	PREÇO BASE	PREÇO ANORMALMENTE BAIXO
Lote 1 - Contentores metálicos de superfície, de grande capacidade para recolha seletiva de resíduos sólidos urbanos	€ 55.500,00	€ 27.750,00
Lote 2- Contentores em polietileno rotomoldado para recolha seletiva de resíduos sólidos urbanos	€ 27.300,00	€ 13.650,00

O Vice-Presidente



(Hugo Miguel Guerreiro Nunes)



CÂMARA MUNICIPAL DE LOULÉ
DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
Divisão de Gestão do Património Municipal e Aprovisionamento

Artigo 18º

Foro competente

Para resolução de todos os litígios decorrentes do contrato, fica estipulado o foro dos tribunais com competência territorial no concelho de Loulé, com expressa renúncia a qualquer outro.

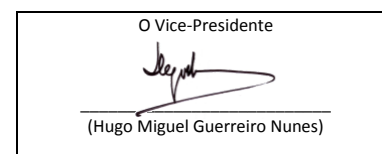
Artigo 19º

Legislação aplicável

O contrato tem natureza administrativa e é regulado pela legislação portuguesa.



CÂMARA MUNICIPAL DE LOULÉ
DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
Divisão de Gestão do Património Municipal e Aprovisionamento



PARTE II – CLÁUSULAS TÉCNICAS

1. Lote 1 - CONTENTORES METÁLICOS DE SUPERFÍCIE, DE GRANDE CAPACIDADE PARA RECOLHA SELETIVA DE RESÍDUOS SÓLIDOS URBANOS

1.1. Características técnicas do fornecimento

- 1.1.2. Formato – Prismático (cúbico, com apenas quatro fases) sem obstáculos no seu interior;
- 1.1.3. Estrutura – Concebido em sistema modular, com estrutura devidamente reforçada, dispensando estruturas extras, em chapa galvanizada a quente de aproximadamente 3mm (três milímetros) de espessura;
- 1.1.4. Cobertura – Chapa galvanizada a quente de aproximadamente 1mm (um milímetro) de espessura;
- 1.1.5. Revestimento – Vinil autocolante substituível com proteção a ultravioletas, com a indicação dos resíduos a colocar; após a adjudicação será fornecido pelo Município de Loulé, ao adjudicatário, os respetivos “lay-out”, em formato digital. **O vinil será colocado em todos os equipamentos nas quatro faces;**
- 1.1.6. Sistema de elevação – O sistema de elevação é por anel simples, fabricado em aço, adaptado a camiões com gancho simples. **Este sistema de elevação deverá ser compatível com o sistema de elevação adoptado pela empresa ALGAR – Tratamento e Valorização de Resíduos, S.A.;**
- 1.1.7. Sistema de abertura para descarga – Levantamento através de grua com abertura de fundo constituído por peça única, através de acionamento de pedal colocado na beira do fundo, e fecho automático através de colocação no solo;
- 1.1.8. Entradas – Duas entradas, em PVC maleável, nas faces de maior dimensão;
- 1.1.9. Características adicionais – Anti-inflamável e resistente ao vandalismo;
- 1.1.10. Sinalética

Todas as peças deverão dispor de sinalética adequada nomeadamente:

- a) Na lateral deverá ser colocada uma chapa de alumínio anodizado com dimensões aproximadas de 325x325 mm com o brasão a cores da Câmara Municipal de Loulé.
- b) Identificação e codificação das peças - Todas as peças deverão dispor de uma chapa de identificação (a qual deverá ser fixada ao equipamento através de rebiteagem), conforme indicado



CÂMARA MUNICIPAL DE LOULÉ
DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
Divisão de Gestão do Património Municipal e Aprovisionamento

na figura 1, com as dimensões 70X30mm, a qual apresenta o brasão da Câmara Municipal de Loulé e um código sequencial composto de acordo com o apresentado e cuja numeração será fornecida após a adjudicação.



Figura 1- Chapa de identificação tipo

1.2. Quantidades

Descrição	Quantidade
Fornecimento e entrega de contentores metálicos de grande capacidade para recolha selectiva de resíduos sólidos	
Contentor de 5 m ³ (cinco metros cúbicos) livres, para papel/cartão	15 un
Contentor de 5 m ³ (cinco metros cúbicos) livres, para embalagens	15 un
Contentor de 3 m ³ (três metros cúbicos) livres, para vidro	15 un

2. Lote 2 - CONTENTORES EM POLIETILENO ROTOMOLDADO PARA RECOLHA SELETIVA DE RESÍDUOS SÓLIDOS URBANOS

2.1. Características técnicas do fornecimento

2.1.1. Matéria prima e processo de fabrico

- Corpo – Fabricado como peça única através de tecnologia de moldagem rotacional (rotomoldagem) em polietileno virgem de alta densidade, de cor castanha, estabilizado aos raios ultravioleta, apresentando elevada resistência ao choque e ao vandalismo, anti-inflamável e intempéries, bem como às variações de temperatura.
- Estrutura interna – Fabricada em aço galvanizado de alta qualidade.
- Fundo – Estrutura metálica, constituindo uma peça única.
- Proteção anticorrosiva das partes metálicas – Todas as partes e/ou peças metálicas, nomeadamente o fundo e as bocas de enchimento devem apresentar proteção anticorrosiva.

2.1.2. Forma

Formato prismático com formas arredondadas, sem recantos e não apresentando obstáculos no seu interior. Para além das bocas de deposição não deverá apresentar outras aberturas de modo a evitar a entrada de água.



CÂMARA MUNICIPAL DE LOULÉ
DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
Divisão de Gestão do Património Municipal e Aprovisionamento

O Vice-Presidente

(Hugo Miguel Guerreiro Nunes)

2.1.3. Superfície

Deverá apresentar superfície rugosa de modo a não permitir a colagem de cartazes bem como à prova de *graffiti*.

2.1.4. Sistema de elevação – O sistema de elevação é por anel simples, fabricado em aço, adaptado a camiões com gancho simples. **Este sistema de elevação deverá ser compatível com o sistema de elevação adoptado pela empresa ALGAR – Tratamento e Valorização de Resíduos, S.A.**

2.1.5. Abertura para descarga e remoção

Descarga vertical, com abertura do fundo através de acionamento de pedal colocado na beira do fundo, sendo o fecho automático através da colocação do contentor no solo.

2.1.6. Capacidade e dimensões

Tabela 1 – Capacidade e dimensões

	Dimensões	Tolerância
Capacidade nominal	2,5 m ³	±10%
Comprimento	1300 mm	±10%
Largura exterior máxima	1100 mm	±10%
Altura (não considerando o engate)	1800 mm	±10%

2.1.7. Bocas de deposição

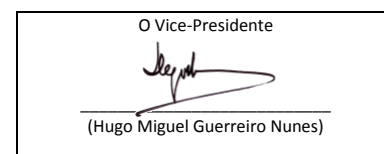
- a) Os contentores devem dispor de duas bocas de enchimento, adaptadas de acordo com o tipo de resíduo a introduzir colocadas nas faces de maior largura (comprimento), cujas dimensões deverão ser as indicadas na tabela 2:

Tabela 2 – Dimensões e características das bocas de deposição

	Dimensões	Tolerância	Côr	Observações
Vidro	Largura: de 280 mm a 380 mm Altura: de 180 mm a 250 mm	±10%	Verde	Boca de deposição equipada com placa de borracha com fendas de modo a diminuir o nível de ruído dos contentores, proteção e segurança dos utilizadores, estética, limitação dos odores e proteção anti-insectos
Papel/Cartão	Largura: de 890 mm a 920 mm Altura: de 130 mm a 150 mm	±10%	Azul	Bocas de deposição retangulares, as quais devem permitir a entrada de caixas de cartão desde que espalmadas, obstruídas com borracha natural
Embalagens	Largura: de 280 mm a 380 mm Altura: de 180 mm a 250 mm	±10%	Amarelo	Bocas de deposição retangulares, as quais devem permitir a entrada de garrações de 5 litros de água



CÂMARA MUNICIPAL DE LOULÉ
DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
Divisão de Gestão do Património Municipal e Aprovisionamento



- b) As bocas de deposição deverão apresentar cantos arredondados, com sistema de fecho com tampa de proteção, de modo a evitar a entrada de água.
- c) As tampas de proteção deverão ser na cor do correspondente resíduo.
- d) Considera-se que a forma dos orifícios e a cor da respectiva placa envolvente constituem a sinalética básica dos materiais a depor no contentor.
- e) A base dos orifícios, independentemente da sua forma, encontra-se a uma altura de cerca de 1,5m, de modo a ser acessível a todos os utilizadores. Por outro lado o seu formato deverá impossibilitar ao utilizador comum a recuperação de material já depositado ou, até mesmo, a observação do conteúdo dos contentores.

2.1.8. Sinalética

Todas as peças deverão dispor de sinalética adequada nomeadamente:

- a) Chapa em alumínio anodizado, com as dimensões de 355x135mm (aproximadamente), com a indicação do tipo de resíduo a depositar e em conformidade com as diretrizes da Sociedade Ponto Verde, a colocar junto à boca de deposição;
- b) Na lateral deverá ser colocada uma chapa de alumínio anodizado com dimensões aproximadas de 325x325 mm com o brasão a cores da Câmara Municipal de Loulé.
- c) Identificação e codificação das peças - Todas as peças deverão dispor de uma chapa de identificação (a qual deverá ser fixada ao equipamento através de rebitagem), conforme indicado na figura 1, com as dimensões 70X30mm, a qual apresenta o brasão da Câmara Municipal de Loulé e um código sequencial composto de acordo com o apresentado e cuja numeração será fornecida após a adjudicação.



Figura 2- Chapa de identificação tipo



CÂMARA MUNICIPAL DE LOULÉ
DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
Divisão de Gestão do Património Municipal e Aprovisionamento

O Vice-Presidente

(Hugo Miguel Guerreiro Nunes)

2.2. QUANTIDADES

Descrição	Quantidade
Fornecimento e entrega de contentores em polietileno rotomoldado na cor castanha de 2,5 m³ para recolha seletiva de resíduos sólidos urbanos, destinados a:	
Vidro	35 un
Embalagens / Plástico	15 un
Papel / Cartão	15 un

3. Requisitos a que se obrigam os fornecedores da Divisão de Limpeza e Higiene Pública

A Divisão de Limpeza e Higiene Pública integra um Sistema de Gestão Integrado (SGI), cujo âmbito se aplica a todos os seus fornecedores e seus subcontratados, pelo que estes ficam obrigados a cumprir os seus requisitos.

3.1- Requisitos Gerais

3.1.1- Os concorrentes deverão garantir que os requisitos aplicáveis no âmbito do SGI são considerados na elaboração da sua proposta, bem como em caso de adjudicação são comunicados e cumpridos pelos seus colaboradores e subcontratados;

3.1.2- Com vista a garantir o cumprimento dos requisitos, ficam sujeitos a possíveis auditorias ou ações de fiscalização, a realizar por colaboradores da DLHP, ou de outra entidade contratada para o efeito, sempre que esta o entender;

3.1.3- O fornecedor fica obrigado a disponibilizar os meios necessários ao normal decurso das ações de fiscalização ou auditoria, devendo igualmente, sempre que solicitado, facilitar o acesso a instalações bem como ao fornecimento de dados, documentos, ou outros elementos solicitados pela DLHP, ou por quem for designado para o efeito;

3.1.4- Em qualquer momento pode a DLHP solicitar resposta a inquéritos ou questionários;

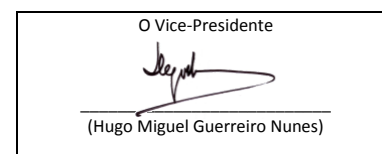
3.1.5- O adjudicatário é avaliado periodicamente no âmbito do impacto no serviço, cliente e ambiente relativamente à execução do contrato. A periodicidade de avaliação é definida pela DLHP.

3.1.6- A avaliação do adjudicatário será feita com base nos seguintes critérios, se outros não se encontrarem definidos no momento da avaliação:

- a) Características do produto;
- b) Cumprimento / adequabilidade do prazo de entrega;
- c) Acessibilidade / Disponibilidade para pedidos de informação / resposta a reclamações;
- d) Serviços técnicos de suporte, manutenção e pós-venda;
- e) Qualificação Ambiental do fornecedor;
- f) Existência de procedimentos do fornecedor no âmbito da gestão ambiental;
- g) Inexistência de reclamações ambientais de Clientes/Partes Interessadas do fornecedor.



CÂMARA MUNICIPAL DE LOULÉ
DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
Divisão de Gestão do Património Municipal e Aprovisionamento



3.1.7- Sempre que a DLHP considere justificável, poderá solicitar ações de melhoria ao adjudicatário, de forma a contribuir para o aumento da satisfação dos clientes e qualidade dos bens fornecidos.

3.2- Requisitos Ambientais

3.2.1- Regras gerais

- a) O adjudicatário deve atuar de acordo com a regulamentação e legislação em vigor relativa à proteção do ambiente;
- b) O Adjudicatário deve verificar se os equipamentos e máquinas a utilizar não ultrapassam os níveis de ruído permitidos por lei e, caso tal aconteça, devem aplicar as medidas corretivas necessárias;
- c) Os bens fornecidos, deverão estar em cumprimento com toda a legislação ambiental nacional e comunitária aplicável.
- d) Em todos os casos devem ser adotadas as medidas e boas práticas de gestão ambiental, com vista ao controlo e minimização de impactes ambientais, nomeadamente redução da produção de resíduos, gestão adequada dos mesmos, bem como diminuição da poluição do ar, água, solo e ruído.
- e) O custo de reparação de eventuais danos ambientais causados pelo desrespeito das regras ambientais definidas neste documento será imputado à empresa responsável pela situação.

3.2.2- Gestão de Resíduos

- a) É da responsabilidade dos fornecedores da DLHP, assegurarem a gestão dos resíduos produzidos no decorrer das suas atividades, devendo garantir o respetivo acondicionamento, identificação, transporte e encaminhamento para destino final adequado por operadores autorizados. Deverá ser enviada à DLHP uma cópia da(s) licença(s) do operador(es) de gestão de resíduos.
- b) Na sequência do envio dos resíduos para destino final adequado, deverão preencher o modelo A da Guia de Acompanhamento de Resíduos (Mod. 1428 da INCM), e enviar uma cópia do triplicado (destino final/destinatário) à DHPRS, no prazo máximo de 30 dias a contar da data de deposição.
- c) No Plano de Gestão de Resíduos, deve constar de entre outros elementos que se considere oportunos:
 - ☒ Tipologia (designação) dos resíduos decorrentes da execução dos serviços em causa;
 - ☒ Código da Lista Europeia de Resíduos (LER), de acordo com a Portaria 209/2004 de 3 de Março;
 - ☒ Classificação dos resíduos em termos de perigosidade;
 - ☒ Práticas propostas relativamente ao acondicionamento e armazenamento temporário;
 - ☒ Destino Final Adequado (destino, empresa, operador);
- d) Os resíduos encaminhados pelas empresas adjudicatárias provenientes da execução de um contrato, são da responsabilidade do adjudicatário e geridos por estes nomeadamente no que diz respeito às deposições em destino final adequado, através de entidades licenciadas e aprovadas pela Câmara Municipal de Loulé.